



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado  
do Rio Grande do Sul  
Brasil

Beltrame Becker Fritz, Karen; Dabdab Waquil, Paulo; Fritz Filho, Luiz Fernando  
A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação  
básica  
Desenvolvimento em Questão, vol. 12, núm. 26, abril-junio, 2014, pp. 41-78  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75230998003>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica  
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

# A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul:

análise da privação de uma capacitação básica

Karen Beltrame Becker Fritz<sup>1</sup>

Paulo Dabdab Waquil<sup>2</sup>

Luiz Fernando Fritz Filho<sup>3</sup>

## Resumo

Mediante Abordagem das Capacitações, o objetivo deste trabalho é analisar os intitulentos que se relacionam com a insegurança alimentar no Rio Grande do Sul e avaliar os impactos dessa situação para a expansão das capacitações das famílias rurais gaúchas. Os resultados da análise realizada por meio do modelo de regressão *Probit*, que permitiram diferenciar e tecer comentários entre os espaços rural e urbano do Rio Grande do Sul, evidenciam a necessidade de um tratamento multidimensional para a caracterização das situações de insegurança alimentar, sugerindo a inclusão de novas percepções que permitam melhor caracterizar as dificuldades de acesso à alimentação adequada, propondo uma alternativa à perspectiva tradicional.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar. Intitulentos. Abordagem das Capacitações.

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS (2009). Professora-adjunta da Universidade de Passo Fundo (UPF).karenfritz@upf.br

<sup>2</sup> Doutor em Economia Agrícola pela *University of Wisconsin – Madison*, Estados Unidos (1995). Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).waquil@ufrgs.br

<sup>3</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).Professor-adjunto da Universidade de Passo Fundo (UPF).fritz@upf.br

## **FOOD INSECURITY IN RURAL AREAS IN RIO GRANDE DO SUL: AN ANALYSIS OF DEPRIVATION OF A BASIC CAPABILITY**

### **Abstract**

---

Using the Capabilities Approach, the objective of this work is to analyze the entitlements which are related to food insecurity in Rio Grande do Sul, and evaluate the impacts of this situation to expand the condition of rural families in this state. The results of this analysis, performed through a probit regression model, which allow to differentiate between rural and urban spaces in Rio Grande do Sul, show clearly the necessity of a multidimensional treatment, suggesting an inclusion of new concepts to better characterize the difficulties of access to adequate nutrition, proposing an alternative to traditional perspective.

**Keywords:** Food Insecurity. Entitlements. Capability Approach.

A dificuldade de acesso à alimentação adequada, por parcelas significativas da população mundial e nacional, vem sendo tema de significativa preocupação por parte de pesquisadores, organizações não governamentais, organizações de fomento internacionais e do poder público. Josué de Castro (2001), médico, geógrafo e antropólogo, realizou um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar presente no Brasil. Em sua obra, *Geografia da Fome*, a palavra “fome” tem amplo sentido, referindo-se a qualquer falta de elementos nutritivos necessários à formação do organismo humano, abrangendo a fome quantitativa, ou penúria aguda, e a fome qualitativa, causada por deficiências específicas na dieta diária. O autor destacou que:

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir, em prazo razoável, à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome” (Castro, 2001, p.270).

A compreensão da noção de desenvolvimento das áreas rurais não pode desvincular-se da busca de oportunidades para a redução da pobreza. A FAO argumenta que, caso a insegurança alimentar no meio rural não seja reduzida, o progresso no alívio à pobreza necessariamente será lento, pois a “pobreza e a fome dirigem um motor de privações e sofrimentos” (Food..., 2005).

Ainda hoje, mais de 800 milhões de pessoas no mundo não têm alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas e, como já evidenciado, a maioria destas pessoas vive em áreas rurais (Food..., 2005). Recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Instituto..., 2004), estimou que no Brasil vivem em condição de

insegurança alimentar<sup>4</sup> cerca de 72 milhões de pessoas, em 39,8% dos domicílios particulares, estando no meio rural a maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar moderada e grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4% e 6% dos domicílios estavam em condição de insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente, no meio rural, as prevalências eram 17% e 9%.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE (Instituto..., 2004), aproximadamente 24,8% dos domicílios particulares encontram-se em situação de insegurança alimentar, e no espaço rural deste Estado, área de estudo deste trabalho, a insegurança alimentar atinge 19,5% dos domicílios. Os significativos índices de insegurança alimentar, distribuídos em insegurança leve, moderada e grave, no espaço rural deste Estado, vêm sendo corroborado por estudos que traçaram comparativos sobre a pobreza rural e a urbana.

Estudos realizados por Waquil e Mattos (2002, 2003) apresentaram aspectos quantitativos e qualitativos das situações de pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul, num sentido amplo: privação de renda, privação do atendimento às necessidades básicas e privação do desenvolvimento das capacitações dos indivíduos, tendo como fonte dos dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os autores apresentam, como um dos principais resultados do primeiro estudo, que a renda média auferida na área rural é inferior à auferida na área urbana. Demonstraram também, a partir do número e o percentual da população abaixo das diversas linhas de pobreza construídas, que, proporcionalmente, há mais pobres no espaço rural. Para ilustrar, ao utilizarem a linha de pobreza US\$ 1/dia, os autores

<sup>4</sup> O suplemento Segurança Alimentar, produzido pelo IBGE (Instituto..., 2004), definiu como domicílio com insegurança alimentar aquele em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar, etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

identificaram que aproximadamente 23% da população rural situa-se abaixo desse critério de renda, enquanto no meio urbano esse percentual representou 10% das pessoas.

Procurando caracterizar outras dimensões das situações de pobreza, além da renda, os autores selecionaram caracterizar as variáveis condições de habitação, escolaridade e saúde, diferenciando entre os estratos de renda, bem como entre os espaços rural e urbano. Os resultados permitiram concluir que, em geral, estas condições melhoram à medida que a renda aumenta e que tais condições são sempre piores na área rural do que na urbana, implicando maiores níveis de pobreza rural do que urbana no Estado do Rio Grande do Sul.

Com o intuito de verificar o grau de associação linear entre renda, condições de habitação, escolaridade e saúde, os autores calcularam os coeficientes de correlação de *Pearson*, gerando matrizes, distinguidas entre o espaço rural e o urbano do Estado. Os resultados revelaram que a renda está associada às demais variáveis que influenciam as condições de vida e a satisfação das necessidades básicas, bem como ao desenvolvimento de capacidades. O fato de estas correlações serem fracas, porém, permitiu aos autores concluir que nenhuma das variáveis estudadas pode, isoladamente, caracterizar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul, reforçando também a visão de que a renda auferida pelos indivíduos não pode ser considerada como sinônimo de melhores condições de vida ou segurança alimentar.

É importante enfatizar que a realidade rural é muito peculiar, em que a renda assume importância diferenciada quando comparada ao espaço urbano. Além da melhor compreensão da insegurança alimentar e sua relação com a pobreza, um enfoque multidimensional, além da renda, busca permitir que as ações de enfrentamento sejam mais eficazes.

Mediante uma análise multidimensional, que compreenda as situações de insegurança alimentar no meio rural além do escopo da renda, este estudo discute intitulos que podem ser evidenciados como aqueles que mais influenciam nas situações de insegurança alimentar no Rio Grande do Sul. Além disso, será estimada a probabilidade de insegurança alimentar de acordo com a escolaridade, a idade, o sexo, a cor, a renda, as transferências governamentais e as condições de moradia das famílias gaúchas, sendo analisadas de forma conjunta.

Cabe destacar que a proposta deste estudo é uma reflexão sobre a abordagem das capacitações, evidenciando a insegurança alimentar no Rio Grande do Sul a partir da noção de intitulos como condição de capacitação dos agentes, proposta por Amartya Sen (1993).

## **Breve Revisão Teórica sobre a Abordagem das Capacitações e a Evolução do Debate sobre a (In)Segurança Alimentar**

Segundo Sen (1993), a literatura das necessidades básicas tem decidido um pouco das incertezas a respeito de como se deve especificar as necessidades. As formulações originais frequentemente tomaram a forma de uma definição de necessidades básicas em termos de necessidades de determinadas quantidades mínimas de mercadorias essenciais, como alimentos, roupas e moradias. Quando a literatura utiliza esse tipo de formulação, ela permanece prisioneira da avaliação centrada em mercadorias. Os objetos dotados de valor dificilmente podem ser reduzidos à disponibilidade de mercadorias. Mesmo considerada sob um ponto de vista simplesmente instrumental, a utilidade da perspectiva das mercadorias é severamente comprometida pela variabilidade da conversão de mercadorias em capacidade. Por exemplo, os requerimentos de alimentação e nutrientes para a capacidade de bem alimentar-se varia muito de pessoa para pessoa, dependendo de características de metabolismo, tamanho do corpo, gênero, gravidez, idade,

condições climáticas, parasitoses e assim por diante. A avaliação da posse de mercadorias ou de rendimentos (com os quais se pode adquirir mercadorias) pode, no máximo, ser um substituto das coisas que realmente importam, porém, na maioria dos casos, não é um substituto particularmente adequado.

No aspecto avaliatório, a abordagem desenvolvida por Sen concentra-se em uma base factual que a diferencia das análises de políticas econômicas mais tradicionais, como a concentração econômica na primazia da renda e riqueza. Isso não tem por objetivo negar que a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental do analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas. Também, todavia, há outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam, e existem boas razões para analisar a natureza e o alcance dessas inter-relações (Sen, 2000, p.34).

De fato, precisamente porque as privações de renda e as privações de capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos, é importante, segundo Sen (2000), não cair na ilusão de pensar que levar em conta as primeiras de algum modo revela alguma coisa sobre as segundas. As conexões não são assim tão fortes, e os afastamentos, muitas vezes, são bem mais importantes do ponto de vista das políticas do que a limitada concorrência dos dois conjuntos de variáveis.

À medida que a atenção é desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva da privação de capacidade, é possível entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). O papel da renda e da riqueza tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação.

Pretende-se então ressaltar que os recursos monetários são importantes meios de redução da pobreza e não fins para tal. O desenvolvimento humano está relacionado às oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses. O crescimento econômico e o aumento da renda devem ser meios para que se atinja o desenvolvimento social, este sim o objetivo final do desenvolvimento (Programa..., 2001).

Dessa maneira, Kakwani (2006) destaca que a falta de renda não é somente o único tipo de privação que as pessoas podem sofrer. Na verdade os indivíduos podem sofrer aguda privação em muitos aspectos da vida, além daqueles definidos como necessidades básicas, mesmo possuindo adequado comando sobre mercadorias. Neste caso, outros aspectos da pobreza podem estar sendo deixados de fora.

Uma pessoa indigente poderia não estar mal em termos de utilidade medida pelo seu estado mental, caso se verificasse que essa pessoa aceita sua situação com resignação. Em situações de privação por longos períodos, as vítimas não persistem em queixas contínuas e, com frequência, fazem esforços para tirar prazer de mínimas coisas, reduzindo seus desejos pessoais a proporções modestas ou, dito de outra forma, realistas. Assim, a privação de uma pessoa pode não ser captada por escalas de prazer ou autorrealização, mesmo que ela não consiga alimentar-se adequadamente, vestir-se decentemente, ser minimamente educada e assim por diante.

Estas observações conduzem às mais sofisticadas medidas e definições de pobreza, tais como a abordagem das capacitações, proposta por Amartya Sen (1999b, 2000, 2001). Os argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades, ao invés de somente privação de renda, são apresentados a seguir:

- 1) A pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades. A abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).

- 2) Existem outras influências quanto à privação de capacidades além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (Sen, 2000, p.110).

Sen (2000) propõe então uma base informacional mais ampla, na qual se possa ter maiores condições de avaliar o bem-estar humano a partir da capacidade que as pessoas têm de escolher a vida que elas, com justiça, valorizam. Isso implica considerar aspectos como: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas (visões de mundo), etc. Não é necessário nenhum esforço adicional para perceber que análises baseadas na renda (ou *commodities*) não dão conta desta necessidade.

É para enfrentar este desafio teórico que Sen (2000) propõe a Abordagem das Capacitações. Esta abordagem está apoiada na noção de liberdade, quando o que realmente importa é a possibilidade que o indivíduo tem de ser e fazer aquilo que ele julga melhor para si próprio, a liberdade que ele tem para valorizar aquilo que ele julga melhor, dentro dos princípios da justiça (Mattos, 2006).

Sen (2000) sugere uma abordagem que analise as situações sociais de uma forma multidimensional. Ou seja, para a compreensão de parte da realidade social é preciso focar a análise na incorporação de variáveis quantitativas e ir além delas. É importante, sim, analisar aquilo a que as pessoas têm acesso – como bens e mercadorias –, entretanto é necessário perceber em que tipo de mercado e de que forma essas pessoas são expostas a essas oportunidades de aquisição. Isso significa perceber que os sujeitos podem ter índices de consumo, senão iguais, bastante parecidos em diversas regiões, mas o modo de acesso a esses serviços e bens pode ser distinto. O exemplo clássico na literatura seniana apresenta duas pessoas com idênticas sensações

biológicas correspondentes à situação de fome: uma faz jejum por motivos religiosos (o que significa que por optar por isso ela pode alimentar-se) e outra tem fome por falta de acesso a alimentos – ou não tem dinheiro para comprá-los ou a institucionalidade da região não garante o acesso à comida (Sen, 2000). Uma análise estática e quantitativa em relação à situação do corpo humano dessas duas pessoas não seria capaz de refletir e mostrar aos analistas as cruciais diferenças sociais que distanciam esses dois seres humanos.

A sugestão teórica, ao utilizar essa abordagem, é perceber a multiplicidade de situações sociais às quais as pessoas são submetidas. Neste sentido, a qualidade de vida das pessoas estaria associada às oportunidades a que estão expostas ao longo da vida, ou seja, quanto mais chances de escolhas elas tiverem, melhor poderia ser a sua qualidade de vida.<sup>5</sup> A liberdade das pessoas em escolher o modo de vida que levam e as razões para valorizar é a chave para a análise seniana (Costa et al., 2005).

A análise das possibilidades de escolhas que podem ou não representar um aumento em termos de capacidade passa, especialmente quando se trata de países com pouca infraestrutura de atendimento das necessidades de populações mais carentes, pela percepção das condições em que essas escolhas são oportunizadas à população. Com esse tipo de análise, que diz respeito à estrutura de direitos e deveres legais e de formas de acesso a bens e serviços, é que a abordagem seniana introduz a noção de intitulentos [*entitlements*].<sup>6</sup> O intitulentamento é a condição ética legal e estrutural que

<sup>5</sup> Ainda que esse possa ser considerado um aspecto fundamental, Sen alerta-nos, por exemplo, para a necessidade de percepção em relação a oportunidades que estariam associadas às liberdades negativas. Ou seja, podemos ter a oportunidade de evitar um assalto, entretanto, se pudéssemos realmente escolher em relação a esta circunstância, possivelmente escolheríamos estar a quilômetros de distância deste acontecimento.

<sup>6</sup> Nesta obra do autor, o termo “entitlement” foi traduzido em Portugal pela expressão “concessão de direitos”. A edição original é de 1981, mas a tradução portuguesa foi feita em 1999. As traduções mais recentes, entretanto, utilizam a expressão intitulentamento para definir “entitlement”.

determinada sociedade tem para aumentar suas possibilidades de escolha. Sen sublinha estes direitos no contexto das capacitações para participar dos processos de desenvolvimento e transformar suas próprias condições de vida.

Originalmente, a expressão foi introduzida na discussão para alterar o foco de análise em relação ao problema da fome. Neste sentido o autor destaca que:

A abordagem da carência alimentar e das fomes em termos de concessão de direitos [intitamentos] concentra-se na capacidade de as pessoas disporem dos alimentos através dos meios legais disponíveis na sociedade, incluindo a utilização de possibilidades de produção e de oportunidades comerciais, de direitos e relação ao Estado e de outros métodos de aquisição de alimentos. Uma pessoa morre de fome ou porque não tem capacidade de dispor de alimentos suficientes, ou porque não utiliza essa capacidade para evitar a carência alimentar. A abordagem em termos de concessão de direitos [intitamentos] concentra-se na primeira possibilidade, ignorando a última (Sen, 1999a, p. 71).

A noção de intitamento representa um espaço de análise que requer informações sobre a estrutura de oferta de bens e serviços de uma maneira geral. A falta de acesso a um intitamento gera uma “falha nas capacidades” ou uma “retenção” nas capacidades dos agentes sociais (algo como uma “falta de poderes para”) (Sen, 2001). Sendo assim, a variável quantitativa-chave é o acesso a oportunidades de escolhas que faz da noção de intitamentos uma ideia fundamental para a análise das estruturas sociais nos processos de desenvolvimento.

Analisar a fome a partir da noção de intitamentos representa salientar que as pessoas não passam fome em razão da disponibilidade de alimentos no mundo, e sim pela falta de oportunidades para aquisição e apropriação em relação a esses alimentos. Dito de outra maneira, não falta comida, falta o acesso a oportunidades e situações em que as pessoas que passam fome possam comer.

Entender as fomes pelo declínio da disponibilidade alimentar tem sido questionado por Sen (1999b) em termos de força lógica. Mesmo nos casos em que a fome é acompanhada de um declínio da quantidade de alimentos disponíveis por pessoa, o mecanismo causal que precipita a carência alimentar tem de incluir outras variáveis além da disponibilidade geral de alimentos. É fundamental discutir as relações que envolvem as pessoas e os alimentos, pois o panorama alimentar global é uma variável econômica, segundo o autor, demasiado remota para explicar a carência alimentar.

Quando as pessoas passam por carências alimentares, isso certamente significa que não há comida suficiente. O que deve ser discutido, no entanto, é: Porque não há comida suficiente? O que permite a um grupo, em vez de outro, apoderar-se da comida que existe? São estas as questões que levam à abordagem dos intitamentos, passando de fenômenos econômicos às questões sociais, políticas e legais. A capacidade de uma pessoa de dispor de alimentos, ou de qualquer outra mercadoria, depende das relações de intitamentos que governam a posse e o uso em uma sociedade. Depende então do que a pessoa possui, das possibilidades de troca que lhes são oferecidas, do que lhe é dado gratuitamente e do que lhe é tirado. É a totalidade das relações de intitamentos, portanto, que determina se uma pessoa terá capacidade de adquirir alimentos suficientes para evitar a carência alimentar. A oferta de alimentos é somente uma das muitas influências que afetam as relações de intitamentos.

Outros compreendem que a carência alimentar pode ser causada não pela escassez de alimentos, mas pela escassez de rendimentos e de poder de compra. Para Sen (1999b), esse entendimento é uma maneira rudimentar de tentar captar a essência da abordagem dos intitamentos, uma vez que o rendimento fornece, realmente, um direito a alimentos numa economia de mercado. A inadequação desse ponto de vista resulta do fato de que, mesmo nas circunstâncias em que o rendimento gera domínio, oferece apenas um panorama parcial do padrão de intitamentos. Segundo Sen:

Começar a história pela escassez de rendimento é deixá-la meio contada. As pessoas morreram porque não tinham rendimentos para comprar alimentos, mas como é que não tinham rendimentos? O que conseguem ganhar depende do que conseguem vender e a que preço, e partir dos rendimentos deixa de fora essa parte do panorama da concessão de direitos(1999b, p. 218).

Além disso, muitas vezes o rendimento pode ser apenas “imaginário”. Por exemplo, a posse por um camponês dos cereais alimentares que produz torna as questões relacionadas ao rendimento e ao poder de compra um pouco oblíquas. Falar do direito do camponês aos alimentos que produz é, claramente, mais direto. A principal vantagem da abordagem dos intitulamentos, no entanto, é o fato de fornecer uma informação mais global da capacidade de uma pessoa em dominar mercadorias em geral e alimentos em particular.

### ***Pobreza e Intitulamentos***

As relações de propriedade são uma espécie de relações de concessão de direitos (intitulamentos). É necessário compreender os sistemas de intitulamentos, e dentro deles, o problema da insegurança alimentar, que inclui a fome, deve ser analisado. Isso se aplica também, mais geralmente, à pobreza como tal.

A segurança alimentar é um resultado dos direitos das pessoas. Amartya Sen (1999b) identifica quatro categorias principais de direitos do indivíduo: (i) os direitos à participação no comércio, significando que uma pessoa pode realizar trocas de seus produtos e seu dinheiro para satisfazer as suas necessidades; (ii) o direito à produção, que corresponde ao acesso de uma pessoa ao que produz, com seus próprios recursos; (iii) o direito ao trabalho, que significa a possibilidade e a capacidade de uma pessoa de vender sua própria força de trabalho; (iv) os direitos sucessórios, sendo os oferecimentos voluntários como remessas, transferências estatais e distribuição de alimentos.

Numa economia de mercado uma pessoa pode trocar aquilo de que for proprietária por outro pacote de mercadorias. Essa troca pode ser realizada por meio do comércio ou da produção ou, ainda, de uma combinação entre ambas. Ao conjunto de todos os lotes alternativos de mercadorias que é possível adquirir em troca daquilo de que se tem propriedade, pode-se chamar “direito à troca”. Entre as influências que determinam o direito de troca de uma pessoa, dado o seu lote de propriedade (incluindo a força de trabalho), encontram-se as seguintes:

- a) se encontra-se empregado, e se assim for, durante quanto tempo e a que nível salarial;
- b) o que é possível ganhar vendendo seus ativos, exceto trabalho, e quanto lhe custa comprar seja o que for que queira comprar;
- c) o que é possível produzir com a sua própria força de trabalho e os recursos (ou serviços) que consegue comprar ou gerir;
- d) o custo da compra de recursos (ou serviços) e o valor dos produtos que consegue vender;
- e) os benefícios de segurança social a que tem direito e os impostos, e outros, que tem de pagar.

O direito de troca pode piorar por razões distintas daquelas relacionadas com a diminuição generalizada da disponibilidade de alimentos. Por exemplo, perante uma mesma disponibilidade total de alimentos, o fato de outros grupos se tornarem mais ricos e comprarem mais alimentos pode levar ao aumento dos preços dos alimentos, provocando uma deterioração do direito de troca. Da mesma forma, os salários podem cair mais do que os preços. Ou o preço dos recursos necessários à produção, em que a pessoa se envolver, pode subir relativamente. Essas diversas influências nos direitos de troca são tão relevantes como o volume global da disponibilidade alimentar em relação à população.

No estudo dos modos de produção, Sen (1999b) enfatiza que os direitos de troca de uma pessoa dependem, claramente, de sua posição na estrutura econômica de classes, bem como dos modos de produção vigentes na economia. O que uma pessoa possui variará com sua classe, e mesmo que o levantamento do direito de troca (relação que especifica o conjunto de direitos de troca em relação a cada lote de propriedade) se mantivesse exatamente para todos, os direitos reais de troca diferem com a sua situação de propriedade.

Apesar da mesma situação de propriedade, os direitos de troca serão diferentes, dependendo das perspectivas econômicas abertas, e isso dependerá dos modos de produção e da sua posição em termos de relações de produção. O autor exemplifica: enquanto um lavrador difere de um trabalhador sem terra em termos de propriedade (uma vez que ele é proprietário de terras, enquanto o trabalhador não é), o meeiro sem terra difere do trabalhador sem terra não quanto às respectivas propriedades, mas na maneira como podem utilizar o único recurso de que são proprietários – a força de trabalho. O trabalhador sem terra será empregado em troca de um salário, enquanto o meeiro fará o cultivo e será proprietário de uma parte da produção.

Esta diferença pode levar não só a comparações dos níveis de remuneração típica dos dois, que podem ser muito divergentes ou não, mas também existem diferenças dos direitos de troca em situações de aperto. Por exemplo, ocorrendo um ciclone e reduzindo a necessidade de mão de obra para o cultivo, por destruir uma parte da colheita, isso pode fazer com que alguns trabalhadores agrícolas eventuais sejam simplesmente despedidos, levando a um colapso dos seus direitos de troca, enquanto outros são mantidos. Pelo contrário, neste caso os meeiros podem funcionar todos com menor contribuição de mão de obra e menor direito, mas nenhum pode ficar completamente sem trabalho e, assim, sem rendimento.

No mesmo sentido, se o produto for alimento, por exemplo arroz ou trigo, o meeiro recebe o seu retorno numa forma em que pode se alimentar diretamente, sem passar pelo mercado. Já o trabalhador agrícola, pago em

termos monetários, terá de depender do direito de troca que o seu salário em moeda lhe confere. Sen (1999b) afirma que para compreender a pobreza em geral, ou a regular carência alimentar, ou irrupções de fomes, é necessário analisar tanto os padrões de propriedade e os direitos de troca quanto as forças existentes atrás deles. Isso exige que se leve cuidadosamente em consideração a natureza dos modos de produção e da estrutura de classes econômicas, bem como as suas inter-relações.

Por fim, o autor adverte que os direitos de troca dependem não somente das trocas no mercado, mas também das trocas, se houver, que o Estado proporciona como parte do seu programa de segurança social. A partir de um sistema de segurança social uma pessoa desempregada pode obter um subsídio; uma pessoa idosa, uma pensão; enquanto os pobres podem receber benefícios específicos. Segundo Sen (1999b), isso afeta os lotes de mercadorias que uma pessoa pode controlar, por serem considerados partes dos direitos de troca de uma pessoa e são condicionais à ausência de outras trocas que uma pessoa possa fazer. Por exemplo, uma pessoa não tem direito ao subsídio de desemprego se estiver empregada. Estas provisões de segurança social são essencialmente complementos dos processos de troca de mercado e de produção, e os dois tipos de oportunidades em conjunto determinam os direitos de troca de uma pessoa numa economia de mercado de propriedade privada com provisões de segurança social. Esses arranjos de segurança social são particularmente importantes no contexto da carência alimentar. Com a alta taxa de desemprego em países como a Grã-Bretanha e Estados Unidos, se não fossem os arranjos de segurança social, haveria carências alimentares generalizadas e, possivelmente, fome. O que evita essa situação não é o elevado rendimento médio ou a riqueza dos britânicos, nem a opulência geral dos americanos, mas os valores mínimos garantidos de direitos de troca devidos ao sistema de segurança social.

A identificação dos intitulentos, portanto, depende de “várias influências distintas” (Sen, 2000, p.190). A princípio, é possível considerar que o intitulado está associado à noção de dotação, ou seja, à percepção

dos recursos que têm algum valor em relação à humanidade (por exemplo, força de trabalho, água potável). Em segundo lugar, o intitlamento sofre a influência das possibilidades de produção e de seu uso. Essa questão envolve diretamente a tecnologia disponível para a reprodução das condições materiais da estrutura analisada e da disponibilidade de conhecimento disponível para o uso dessas condições.

No mundo todo, a maioria das pessoas não produz alimentos diretamente; elas ganham seu potencial para adquirir alimentos empregando-se na produção de outras mercadorias, as quais podem variar de culturas agrícolas comerciais a produtos artesanais, artigos industrializados e serviços diversos, envolvendo uma variedade de ocupações (Sen, 2000, p. 191).

Além da dotação e das possibilidades de produção e uso, as condições de troca estabelecidas podem determinar a existência ou não de certo intitlamento dentro da estrutura social. Uma crise econômica pode, ao alterar drasticamente as condições de trocas, representar uma verdadeira catástrofe em termos de fome ou de destruição de paisagens naturais, por exemplo.<sup>7</sup>

Como já enfatizado, a análise dos intitlamentos é capaz de permitir ao pesquisador social o estabelecimento de relações entre situações estruturais que poderiam incentivar a expansão das capacitações ou, a partir da falta de determinados acessos a bens e serviços, reter capacitações, impedindo que pessoas tenham acesso a determinadas oportunidades. Os intitlamentos identificados pelo autor determinam o controle sobre os recursos que as pessoas podem exercer, em conformidade com as regras e normas impostas pela sociedade para satisfazer suas necessidades.

---

<sup>7</sup> Pode-se pensar no caso da agricultura, por exemplo. A valorização de determinados produtos e de uma forma de produção que exigia a utilização de uma grande quantidade de agrotóxicos pode ter representado a poluição de mananciais hídricos inteiros (o intitlamento água potável sem tratamento deixou de existir) e o fato de sequear foi considerado crise. Na realidade, foi durante algum tempo comemorado como uma vitória da modernização produtiva.

Para Sen (1999b), o fim da carência alimentar reflete uma mudança do sistema de conferência de direitos, tanto na forma da segurança social quanto (e mais importante) por meio de sistemas de emprego garantido com salários que proporcionam um direito de troca adequado, evitando a carência alimentar. Neste sentido, a análise de políticas públicas, ou a própria discussão para uma solução mais ética em relação à apropriação dos bens e serviços, pode valer-se desse conceito de modo a alterar a percepção da apropriação em relação às oportunidades oferecidas na sociedade.

### ***Evolução do Debate sobre Segurança Alimentar***

O debate sobre a segurança alimentar e nutricional avançou significativamente no país. Um importante fórum de discussão está representado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Inspirado nas resoluções da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em março de 2004, o Consea desenvolve diferentes programas, como a Alimentação Escolar, o Bolsa Família, a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outros (Conselho..., 2013). A seguir é realizado um breve retrospecto sobre os avanços neste tema acerca da segurança alimentar e nutricional no rural, objeto deste artigo.

Na década de 90, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN, 1994) – *“Fome: uma questão nacional”* (evento realizado em 1994 que foi resultado de um processo que começou com o lançamento da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida – definiu o tema segurança alimentar como componente de um projeto nacional transformador da realidade que produz e reproduz a fome, a miséria e a exclusão. Buscou-se o consenso sobre prioridades e diretrizes para formulação de políticas e proposição de instrumentos de intervenção; discutiu-se o processo de

construção da cidadania e identificou-se alternativas para promover a troca de experiências em desenvolvimento na sociedade. Foram elencadas novas formas e mecanismos de parceria e articulação entre ações governamentais e não governamentais, tendo em vista a construção de uma nova relação Estado/sociedade (CNSAN, 2013).

Na década seguinte, no ano de 2004, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – “*A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*” – estabeleceu resoluções e princípios associados à segurança alimentar e nutricional e propôs as diretrizes para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na construção de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional (Conselho..., 2013).

Uma das importantes resoluções da Conferência foi a atenção dispensada aos aspectos ligados à produção. Entre as 47 propostas prioritárias aprovadas, o evento destacou a revisão das políticas de exportação e importação de alimentos, visando a não desestruturar a produção nacional, em particular a proveniente da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, priorizando a segurança alimentar e nutricional sustentável de toda a população do país, antes de liberar os produtos alimentares básicos para exportação (Conferência..., 2004).

Em 2007 a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – “*Por um desenvolvimento sustentável com soberania alimentar e nutricional*” – apontou importantes avanços, em relação a II CNSAN. Especialmente no campo da produção, destacaram-se ações de apoio à agricultura familiar, agroextrativismo e pesca, com destaque para a expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Entre as prioridades aprovadas na III CNSAN foram contempladas a realização de reforma agrária ampla, imediata e irrestrita e a promoção da agricultura familiar enquanto política pública estratégica ao desenvolvi-

to. Também foi proposta a intensificação do apoio à agricultura familiar e agroextrativismo com incorporação da agroecologia nas políticas de desenvolvimento rural, bem como revisar a Lei de Biossegurança, especialmente a suspensão da liberalização de produtos transgênicos em conjunto com a estruturação de uma política nacional de abastecimento que priorize a participação da agricultura familiar e agroextrativismo por meio do fortalecimento do PAA. Outro destaque foi a definição de uma política energética sustentável que não comprometa a segurança alimentar e nutricional, oferecendo oportunidades à agricultura familiar e fortalecendo sua capacidade de produzir alimentos diversificados, regulando o limite do avanço das monoculturas(Conferência..., 2007).

Em 2011 ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, e promover a soberania alimentar por meio da efetivação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nas esferas de governo e com a participação da sociedade.

Entre as proposições aprovadas estão estruturar e priorizar sistemas de produção sustentáveis e diversificados, valorizando a agricultura orgânica e/ou agroecológica e os alimentos saudáveis, com o fortalecimento da autonomia da agricultura familiar e camponesa, dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, nas áreas rurais e urbanas. Deve ser garantido o reconhecimento do papel estratégico dessas populações na conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, na instituição de uma política pública para a transição agroecológica, e também enquanto guardiãs do patrimônio genético brasileiro

Foi também aprovada a ampliação dos recursos para garantir a assistência técnica permanente em todas as etapas do sistema agroalimentar, por meio da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), voltada aos agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades

tradicionais, incluindo também pescadores artesanais, aquicultores e marisqueiros. APnater deve priorizar a produção agroecológica, o associativismo e o cooperativismo, com a garantia da segurança alimentar e nutricional, por meio de metodologias participativas voltadas para a realidade da agricultura familiar, ampliação do quadro técnico multiprofissional e qualificação dos profissionais, melhoria das condições de infraestrutura e a criação de um sistema único integrado e descentralizado e a concepção e fortalecimento de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (IV CNSAN).

Nesta breve passagem sobre a evolução da discussão acerca da segurança alimentar destaca-se a relevância do fortalecimento da agricultura familiar, considerada determinante ao processo de desenvolvimento e segurança alimentar e nutricional no país.

## Metodologia

Evidenciados os principais aspectos teóricos abordados na estruturação desse estudo, esta parte do trabalho inicialmente descreve a fonte e a formação da base de dados a partir da composição de intitamentos que se relacionam com a insegurança alimentar no Estado do Rio Grande do Sul, com a utilização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto..., 2004). Além disso, apresenta a justificativa que indica como cada uma das variáveis selecionadas reflete o acesso a possíveis oportunidades que permitam a redução da insegurança alimentar. Também são apresentados os procedimentos estatísticos desenvolvidos para a compreensão da relação entre os intitamentos selecionados e a (in)segurança alimentar, por intermédio do modelo de regressão *Probit*.

O exercício de análise realizado é uma reflexão sobre a metodologia de avaliação da (in)segurança alimentar, que buscou identificar, por meio das variáveis selecionadas, a situação de insegurança alimentar em relação

às oportunidades/intitulementos disponíveis para a população gaúcha, de acordo com o suplemento sobre Segurança Alimentar apresentado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2004.

## ***A fonte de dados***

Os dados utilizados nesta etapa do trabalho são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Esta pesquisa é realizada pelo IBGE desde 1967, com a finalidade de coletar informações sobre as características socioeconômicas da população brasileira. A partir de 1971, a pesquisa é executada anualmente, exceto em anos de censo demográfico. Desde 1992 a pesquisa cobre todo o Brasil, com exceção de uma parcela rural da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá). Essa parcela do território, que era até então excluída da amostra, passou a ser incluída na PNAD de 2004 – quando a pesquisa passa, então, a cobrir todo o território nacional.

A PNAD investiga características das pessoas e dos domicílios onde estas residem. Entre as variáveis investigadas pela PNAD existem as de caráter permanente, ou seja, que são coletadas em todas as edições da pesquisa, e outras de caráter periódico não seriado. As primeiras dizem respeito à educação, trabalho, renda, habitação, entre outras de utilização recorrente. Já o segundo grupo se refere a estudos específicos que atendem a demandas pontuais e estratégicas, tais como investigações sobre nupcialidade, saúde, migração, segurança alimentar, etc. Por exemplo, em 1998 e 2003 o chamado suplemento (que é o conjunto de variáveis adicionais) foi sobre saúde, em 1995 sobre educação, em 2001 sobre trabalho infantil. No ano de 2004 o suplemento tratou da segurança alimentar. Este trabalho, portanto, utilizou-se dos dados disponíveis sobre segurança alimentar, não existindo, até o ano de 2013, novos suplementos da PNAD sobre esse tema.

Ainda que a PNAD seja uma importante fonte de dados para estudos socioeconômicos no país, ela também está suscetível a algumas limitações. Uma destas limitações diz respeito à classificação do espaço rural e urbano. As PNADs utilizam a mesma classificação do Censo Demográfico, ou seja, durante toda uma década é utilizado o mesmo corte rural/urbano do Censo imediatamente anterior, desconsiderando as alterações que ocorrem com o passar da década.

Outro aspecto importante que deve ser observado se refere ao conceito de trabalho. As pesquisas da década de 80 contavam como pessoa ocupada aquela que tinha 15 horas ou mais de trabalho semanal e 10 anos ou mais de idade. A produção para próprio consumo e a construção para uso próprio não existiam como classificações possíveis. A partir da década seguinte ocorreram reformulações: agora são contados como ocupados aqueles indivíduos que têm 10 anos ou mais de idade e que trabalham mais de uma hora semanal; além disso, os que produzem para próprio consumo ou constroem para próprio uso, desde que respeitem as condições recém-impostas, também são computados como ocupados. Note que isso causa problemas de comparabilidade entre as PNADs, quando tomadas de forma direta (para uma análise mais apurada e precisa é necessário manipulação dos microdados).

Por fim, ainda deve ser mencionada uma limitação com relação à investigação dos rendimentos das pessoas, principalmente no meio rural (Correa, 1998; Silva, 1999). Os principais problemas são: precariedade de informações sobre rendimentos variáveis, autoconsumo, transferências e rendas da propriedade; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria; ausência de informações sobre gastos com insumos, o que afeta a renda líquida. Em suma, as PNADs podem subestimar as rendas e superestimar a pobreza no meio rural.

## ***A Formação da Base de Dados e o Modelo Probit***

Para este trabalho foram utilizadas as informações sobre os domicílios – rurais e urbanos – do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Procedimentos foram realizados a partir dos microdados, gerando a flexibilidade necessária para delimitar bem a amostra de interesse deste estudo. Esta amostra consistia em *domicílios do meio rural ou urbano, ocupados e particulares*. Com isso, obteve-se uma amostra de 9.598 domicílios.<sup>8</sup>

Neste trabalho, a análise das possibilidades de escolhas que podem ou não representar um aumento em termos de capacidade, gerando, para os propósitos deste trabalho, segurança ou insegurança alimentar, passa, especialmente quando se trata de países com pouca infraestrutura de atendimento das necessidades de populações mais carentes, pela percepção das condições em que essas escolhas são oportunizadas à população.

Conforme já evidenciado, Sen (2000) tem argumentado que o foco em capacitações e requerimentos nutricionais explicam melhor a questão da fome (do que o consumo de alimentos), estando também relacionada com os cuidados com a saúde, a educação básica, a ingestão de água potável, o esgoto e a adequada habitação. O autor salienta que a maioria daqueles que morrem por fome, sucumbem por doenças e não por inanição.

Este estudo realizou uma aproximação da noção de intitulentos [*entitlements*] com variáveis selecionadas a partir da PNAD de 2004. Ao identificar as condições de acesso da população gaúcha aos alimentos, os intitulentos são os direitos evidenciados no contexto das capacitações, visando à participação nos processos de desenvolvimento e na transformação de suas próprias condições de vida.

As variáveis consideradas para refletir intitulentos associados à (in) segurança alimentar foram:

---

<sup>8</sup> Este número foi obtido após a “limpeza” da base, ou seja, após a eliminação de casos com erros ou impróprios ao processamento (por exemplo, casos com muitas variáveis em branco).

## Intitulos associados à Renda Domiciliar Per Capita

A variável Renda Domiciliar *Per Capita* representa um importante meio de acesso aos alimentos, expandindo as capacitações, ou, a partir da falta deste intitulo, reter capacitações, impedindo que pessoas tenham acesso a determinadas oportunidades. É importante destacar que a renda monetária é uma variável significativamente mais relevante nas áreas urbanas (onde as pessoas precisam de renda para adquirir alimentos) do que nas áreas rurais (onde as pessoas utilizam outros intitulos para produzir seus próprios alimentos e garantir a segurança alimentar das suas famílias). A expansão da liberdade humana, como a promoção da segurança alimentar, dependem também de outros determinantes, outros intitulos, que são apresentados a seguir neste estudo.

## Intitulos associados ao Índice de Condições de Moradia (ICM)

O Índice de Condições de Moradia reflete a presença, ou não, de cinco itens no domicílio: água encanada em algum cômodo, sanitário, energia elétrica, geladeira e telefone fixo. Este indicador é a soma do número de itens disponíveis no domicílio – 5, caso o domicílio disponha de todos, 0 se não dispõe de nenhum. Estes intitulos, relacionados às condições de moradia, e que também se relacionam com o acesso adequado aos alimentos, podem ser obtidos por meios legais disponíveis na sociedade, incluindo suas próprias condições de produção ou oportunidades comerciais.

## Intitulos associados ao Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda

O Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda é uma variável binária – se recebeu algum recurso de qualquer programa de transferência de renda do governo,<sup>9</sup> ou não. Estes intitulos, que são obtidos através de meios providos pelo Estado, podem reduzir a insegurança alimentar dos domicílios que recebem o benefício.

<sup>9</sup> Programas considerados: Auxílio Gás, Bolsa Família, Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, Bolsa Alimentação, Benefício Assistencial de Prestação Continuada, Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros.

## Intitulentos associados à Localização Rural ou Urbana do Domicílio

A variável relacionada com a localização do domicílio, se na zona rural ou urbana, busca evidenciar para o Rio Grande do Sul a situação da insegurança alimentar nestas áreas. Conforme já destacado, estudos da FAO (Food..., 2005) revelaram que a maioria das pessoas no mundo, assim como no Brasil (Instituto..., 2004), que não tem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas, vivem em áreas rurais.

### Situação em termos de (In)segurança Alimentar

Foi considerada a classificação oferecida pela PNAD que indica: (i) segurança alimentar; (ii) insegurança alimentar leve; (iii) insegurança alimentar moderada; e (iv) insegurança alimentar grave, destacando que, neste trabalho, a insegurança alimentar é compreendida como o não alcance de capacitações. Esta classificação foi feita a partir de 15 perguntas que constam no suplemento sobre insegurança alimentar da PNAD 2004.

A falta de acesso aos intitulentos sugeridos será considerada, neste estudo, uma “falha nas capacidades” ou uma “retenção” nas capacidades dos agentes sociais (algo como uma “falta de poderes para”), gerando, nesta pesquisa, a insegurança alimentar. Da mesma forma, o maior acesso aos intitulentos permite a redução da insegurança alimentar. Sendo assim, a variável quantitativa-chave é o acesso a oportunidades de escolhas que faz da noção de intitulentos uma ideia fundamental para a análise das estruturas sociais nos processos de desenvolvimento. Analisar a insegurança alimentar a partir da noção de intitulentos mostrou que as pessoas não passam fome em razão da indisponibilidade de alimentos no mundo, mas pela falta de oportunidades para aquisição e apropriação em relação a esses alimentos.

Com o objetivo de analisar o efeito das variáveis que podem explicar a probabilidade de existir ou não insegurança alimentar entre os domicílios gaúchos, rurais e urbanos, estimou-se um modelo não-linear de regressão

– *Probit* –, sendo a Insegurança Alimentar a variável dependente binária (já apresentada nesta seção), assumindo valor igual a 1 quando existe insegurança alimentar, e valor igual a 0 quando não há insegurança alimentar.

Quanto às variáveis independentes do modelo, foram utilizadas a *Renda Domiciliar per Capita*<sup>10</sup>, Índice de Condições de Moradia (ICM) e *Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda (TRF)*, já apresentadas anteriormente. Também foram selecionadas para esta análise de regressão variáveis da base de pessoas da PNAD do ano de 2004,<sup>11</sup> descritas a seguir, visando à possibilidade de relacioná-las com as situações de insegurança alimentar, tanto no meio urbano quanto no rural do Rio Grande do Sul, por intermédio da abordagem das capacitações:

- *Idade da Pessoa de Referência do Domicílio*: idade, em anos, da pessoa de referência.
- *Escolaridade da Pessoa de Referência do Domicílio*: número de anos de estudo da pessoa de referência.
- *Sexo da Pessoa de Referência do Domicílio*: variável binária, sendo 1 para mulher e 0 para homem.
- *Cor da Pessoa de Referência do Domicílio*: variável binária, sendo 1 para pessoa de cor preta e 0 para as demais.

Reconhecendo que a mensuração da insegurança alimentar por meio de indicadores que representem apenas uma dimensão, no caso a renda, pode conduzir a discrepâncias na interpretação deste fenômeno, as estimativas de probabilidade de insegurança alimentar no Rio Grande do Sul foram definidas a partir de suas relações com os intitulentos de uma

<sup>10</sup> A Renda Domiciliar *per capita* para esta análise foi estratificada em variáveis binárias para distinguir as três categorias de renda (até 1 S.M., de 1 a 2 S.M. e 2 a 3 S.M.), pois o modelo não respondeu bem à variável contínua. Assim, procedeu-se a estratificação para analisá-la de maneira efetiva e validar o modelo.

<sup>11</sup> Cabe destacar que, como neste trabalho a unidade de análise é o domicílio, as variáveis da base de pessoas da PNAD 2004 (idade, escolaridade, sexo e cor), foram representadas pela pessoa de referência do domicílio.

forma abrangente, envolvendo aspectos econômicos, e também condições sociais e culturais que se caracterizam por: (a) insuficiência de renda; (b) carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e (c) exclusão social e discriminação em relação à origem étnica ou gênero.

Sendo a insegurança alimentar, nesta pesquisa, a variável dependente binária, o modelo mais simples é o modelo linear de probabilidade, estimado pelo método de mínimos quadrados ordinários. Neste caso:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k + e$$

Sendo  $p$  a probabilidade de  $y$  assumir o valor igual a um:

$$E(y) = p = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k$$

No modelo linear de probabilidade, os coeficientes estimados expressam o efeito de variações unitárias nas variáveis independentes sobre a probabilidade da variável dependente assumir o valor um. O problema é que estes efeitos são constantes e, à medida que  $x_1$  aumenta, a probabilidade  $p$  continua a aumentar (quando  $\beta_1$  é positivo; em caso contrário, continua a diminuir) a uma razão constante. Como, entretanto,  $0 \leq p \leq 1$ , é impossível ter uma taxa constante de crescimento (Hill; Griffiths; Judge, 1999).

Além destas dificuldades, o modelo linear de probabilidade apresenta erros heterocedásticos, e os coeficientes estimados não são eficientes. Assim, os testes de hipóteses e intervalos de confiança podem ser inválidos.

Para contornar estes problemas, foram considerados os modelos não lineares *Probit* e *Logit*. Nestes casos, a inclinação não é constante. As probabilidades são restringidas ao intervalo  $[0,1]$ , pela utilização de funções densidade de probabilidade. A função *Probit* está relacionada com a distribuição de probabilidade normal padronizada, enquanto a função *Logit* com a distribuição logística.

Como são modelos não lineares, a estimação dos coeficientes deve ser feita pelo método de máxima verossimilhança. Em geral, os coeficientes estimados nos modelos *Probit* e *Logit* são ligeiramente diferentes e a escolha entre eles pode ser feita de acordo com a conveniência. No presente estudo optou-se pelo modelo *Probit*, considerando então que os erros têm distribuição normal (Maddala, 2003).

Assim,

$$p = F(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)$$

onde novamente  $p$  é a probabilidade de  $y$  assumir valor igual a um e  $F$  é a função *probit*, não linear nos  $\beta_i$ .

O efeito de uma variação unitária em  $x_i$  sobre a probabilidade  $p$  de  $y$  ser igual a um é dado por:

$$\partial p / \partial x_i = \partial F(t) / \partial t \cdot \partial t / \partial x_i = f(.) \beta_i$$

A partir disto, como  $f(.)$  é uma função densidade de probabilidade, seu valor é sempre positivo. Logo, o sinal de  $\partial p / \partial x_i$  é determinado pelo sinal de  $\beta_i$ , à medida que  $x_i$  varia, o valor de  $f(.)$  também varia. Desta forma, o efeito de uma variação unitária nas variáveis independentes sobre a probabilidade da variável dependente irá depender dos níveis das variáveis independentes. Para estimar o efeito dos coeficientes do modelo *Probit*, portanto, é necessário eleger algum nível para as variáveis independentes como referência (Finco, 2003).

Por fim, destaca-se que quando a variável dependente é representada por uma variável binária, um modelo de escolha discreta, que toma valor 1 ao escolher um resultado, e o valor 0 em caso contrário, a definição do modelo estatístico a ser instituído no estudo é importante para a validade dos resultados. Com isso, no presente trabalho o modelo *Probit* mostrou-se adequado para os objetivos do estudo, com a composição da variável dependente, que é do tipo “ou-ou”, descrevendo uma escolha entre dois resultados mutuamente excludentes (Hill; Griffiths; Judge, 1999; Finco, 2003).

## Análise dos Resultados por meio do Modelo de Probabilidade Probit

Com os dados da PNAD 2004 e um programa de otimização numérica para o modelo *Probit* (SPSS 16 – *Statistical Package for the Social Sciences*), analisou-se a probabilidade de haver ou não insegurança alimentar entre as famílias gaúchas, por meio de um grupo de intitulentos observados de forma conjunta, a partir das estimativas de máxima verossimilhança dos parâmetros. Totalizando 9.526 observações validadas, os resultados da estimação constam na Tabela 1 para o setor rural, com 1.208 observações, e na Tabela 2, para o urbano, com 8.318.

Para o setor rural, as variáveis independentes que se mostraram significativas, ao nível de 5%, foram a idade da pessoa de referência, a escolaridade da pessoa de referência, o ICM, com efeito negativo; e as transferências governamentais (TRF), o sexo da pessoa de referência e a renda até 1 salário-mínimo, com efeito positivo.

Tabela 1 – Estimativas das probabilidades de insegurança alimentar, de acordo com as variáveis independentes, por meio do modelo *Probit* para o rural do Rio Grande do Sul, 2004

Variáveis independentes	Coefficiente Estimado	Z	Nível de Significância (5% ou 0,05)
Idade da Pessoa de Referência	-,010	-2,779	,005
Escolaridade da Pessoa de Referência	-,069	-3,585	,000
Sexo da Pessoa de Referência	,485	3,709	,000
Cor da Pessoa de Referência	-,107	-,452	,651
ICM	-,273	-4,837	,000
TRF	,233	2,108	,035
RDPC – até 1 sal.-mínimo	,884	3,089	,002
RDPC – De 1 a 2 sal.-mínimo	,242	,831	,406
RDPC – De 2 a 3 sal.-mínimo	-,103	-,293	,769
Intercepto	,274	,641	,521

Fonte: PNAD (2004) – elaboração própria.

Os resultados indicam que os responsáveis pelas famílias, com mais idade, têm maior probabilidade de ter segurança alimentar, o que pode ser justificado pelo fato de pessoas mais idosas estarem recebendo aposentadorias rurais, contribuindo para amenizar as situações de insegurança alimentar. Sendo o coeficiente estimado negativo também para as variáveis escolaridade do responsável pela família e condições de moradia (ICM), uma ampliação dos anos de estudo dos chefes de família e melhorias nas condições de moradia refletem em maior probabilidade de segurança alimentar.

O coeficiente estimado mostrou-se positivo para as variáveis transferências governamentais, sexo da pessoa de referência e renda domiciliar *per capita* até 1 salário-mínimo. Ou seja, quanto mais transferências a família recebe, maior a probabilidade de insegurança alimentar. É importante destacar que não é pelo fato de a família receber transferências que ela está em probabilidade de insegurança alimentar, não sendo uma relação de causa/efeito. O resultado indica que a família recebe transferências governamentais por estar numa situação de vulnerabilidade quanto ao acesso à alimentação adequada.

Quando se analisa o coeficiente associado à variável binária gênero da pessoa de referência, é possível destacar que as famílias chefiadas por mulheres apresentaram maior probabilidade de se encontrarem em situação de insegurança alimentar, controlando o efeito das demais variáveis. Este resultado está em consonância com a declaração da Cúpula Mundial sobre Alimentação Mundial de 1996, ao reconhecer que o acesso limitado das mulheres do campo aos meios de produção e seu papel restrito nas tomadas de decisão política e econômica agravam a pobreza e são empecilhos à segurança alimentar, dado que as políticas e os programas de muitos países dão pouca atenção à igualdade entre homens e mulheres e a falta de informações, discriminadas por sexo, impede as tomadas de decisão sociais e econômicas bem-fundamentadas. Além disso, as mulheres não somente cultivam alimentos, como também se encarregam do processamento posterior à colheita e da comercialização. Elas são sempre responsáveis pela

segurança alimentar e procuram satisfazer as necessidades alimentícias de suas famílias. Embora as mulheres produzam a maior parte do alimento nos países em desenvolvimento, elas normalmente sofrem mais os efeitos da insegurança alimentar. No contexto familiar de muitos países, os homens recebem porções de alimento maiores do que as mulheres. No terceiro mundo, 60% dos pobres são mulheres, bem como dois terços dos analfabetos do mundo.

Utilizando também variáveis binárias para estratificar a renda (até 1 sal.-mín., de 1 até 2 sal.-mín. e de 2 até 3 sal.-mín.) e relacionar com as famílias que se enquadram em cada estrato, o coeficiente estimado mostrou-se positivo para as famílias com renda mais baixa. Ou seja, as famílias com renda até 1 sal.-mín. apresentaram maior probabilidade de estar em insegurança alimentar. À medida que as famílias se encontram em estratos de renda mais elevados, não se percebe a influência da renda sobre a probabilidade de insegurança alimentar.

Quanto à variável cor da pessoa de referência, o coeficiente estimado não é significativamente diferente de zero, ao nível de significância de 5%. Esta variável independente, portanto, não influenciou na probabilidade de insegurança alimentar na área rural do Rio Grande do Sul, existindo sim a probabilidade de insegurança alimentar tanto nas famílias chefiadas por pessoas de uma cor ou de outra.

Quanto aos resultados encontrados para a área urbana do Rio Grande do Sul, todas as variáveis independentes do modelo mostraram-se significativamente diferentes de zero, ao nível de 5%, com efeito negativo nas variáveis idade, escolaridade e condições de moradia. Ou seja, como o coeficiente é negativo, quanto maior a idade maior a escolaridade e melhor a moradia e maior a probabilidade de segurança alimentar também na área urbana do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Estimativas das probabilidades de insegurança alimentar, de acordo com as variáveis independentes, por meio do modelo *Probit* para o urbano do Rio Grande do Sul, 2004.

Variáveis independentes	Coefficiente Estimado	Z	Nível de Significância (5% ou 0,05)
Idade da Pessoa de Referência	-,004	-3,395	,001
Escolaridade da Pessoa de Referência	-0,44	-8,608	,000
Sexo da Pessoa de Referência	,272	7,911	,000
Cor da Pessoa de Referência	,123	2,012	,044
ICM	-,154	-5,544	,000
TRF	,413	7,243	,000
RDPC – até 1 sal.-mínimo	1,206	19,764	,000
RDPC – De 1 a 2 sal.-mínimo	,640	11,012	,000
RDPC – De 2 a 3 sal.-mínimo	,296	4,396	,000
Intercepto	-,219	-1,416	,157

Fonte: PNAD (2004) – elaboração própria.

Com coeficiente estimado positivo, quanto maiores as transferências governamentais maior a probabilidade de insegurança alimentar. Assim como no rural, as famílias urbanas chefiadas por mulheres apresentaram maior probabilidade de se encontrarem em situação de insegurança alimentar.

Na área urbana, a variável independente cor é significativamente diferente de zero, ao nível de significância de 5%, tendo maior probabilidade de insegurança alimentar as famílias chefiadas por pessoas da cor preta. Também, dado que o coeficiente estimado é positivo, existe uma relação positiva entre as famílias estarem em cada um dos estratos de renda e a probabilidade de ter insegurança alimentar. Quanto maior a participação das famílias em cada um dos estratos de renda, maior a probabilidade de insegurança alimentar entre as famílias urbanas gaúchas, controladas as demais variáveis. Assim, quanto mais baixa a faixa de renda domiciliar *per capita*, maior o efeito sobre a insegurança alimentar, obtendo maior probabilidade de insegurança alimentar as famílias com renda até 1 salário-mínimo.

Tanto nas áreas urbanas quanto rurais, investimentos em escolaridade e condições de moradia tendem a diminuir a probabilidade de insegurança alimentar. Nos dois setores, também as transferências estavam associadas à maior probabilidade de insegurança alimentar. Como as famílias, urbanas e rurais, chefiadas por mulheres tinham maior probabilidade de insegurança alimentar do que àquelas em que a pessoa de referência é masculina, as transferências governamentais deveriam ser mais direcionadas a essas famílias com esta característica de gênero.

Cabe destacar também a importância diferenciada da renda nos dois setores censitários. No setor rural, as famílias com renda até 1 salário mínimo apresentaram maior probabilidade de estar em insegurança alimentar. Nos demais estratos, não é possível caracterizar a influência da renda sobre a insegurança alimentar. Já no setor urbano, os três estratos de renda mostraram-se significativamente diferentes de zero. Esse fato caracteriza a importância diferenciada da renda monetária entre os setores censitários, ou seja, ela é uma variável mais relevante nas áreas urbanas, onde as famílias precisam de renda para adquirir alimentos, enquanto nas áreas rurais as famílias utilizam outros intitulos para produzir seus próprios alimentos e garantir a segurança alimentar das suas famílias.

De forma ilustrativa, visando a demonstrar a potencialidade de uso dos resultados encontrados, foi possível ainda estimar a probabilidade de uma família (domicílio) estar em insegurança alimentar a partir de um determinado perfil. Por exemplo, numa família, com índice de condições de moradia igual a 4, sem receber transferências governamentais, com renda domiciliar per capita até 1 salário-mínimo, chefiada por mulher, de cor preta, com idade igual a 49 anos e com 5 anos de escolaridade, a probabilidade de insegurança alimentar, no urbano, é igual a 63%, enquanto na área rural atinge 34%.

Por fim, dentre os resultados encontrados para o Rio Grande do Sul, destaca-se que a insegurança alimentar era menos intensa no meio rural em 2004, quando comparado à área urbana deste estado, diferenciando-se das análises de Hoffmann e Kageyama (2007) para o Brasil, onde a insegurança

alimentar atingiu mais fortemente a população pobre e a população rural. Este mesmo estudo mostrou que no Brasil, pelos dados da PNAD (2004), havia 2.390.765 pessoas extremamente pobres com insegurança alimentar, sendo 695.056 com insegurança alimentar grave. Essa população, com renda abaixo da linha de pobreza, sem infraestrutura domiciliar mínima e com insegurança alimentar, representa, segundo os autores, o núcleo da miséria no Brasil. Desse total, 2.253.156 encontram-se na área rural e 1.794.637 estão na Região Nordeste.

É importante evidenciar, nesta etapa do estudo, que é um conjunto de intitulentos, presentes na área rural do Rio Grande do Sul, que contribui para tornar a insegurança alimentar menos intensa, quando comparada à área urbana. A forma de compreensão da insegurança alimentar no Rio Grande do Sul, nesta pesquisa, é multidimensional, focando a análise na incorporação de variáveis quantitativas e indo além delas. A análise foi focada na renda e nos bens e serviços aos quais as pessoas têm acesso, bem como em características relacionadas à pessoa de referência do domicílio, como idade, escolaridade, sexo e cor. Outros intitulentos, presentes na área rural do Rio Grande do Sul, com destaque para o papel da agricultura familiar, da diversificação da produção agrícola e da destinação de parte desta produção para o consumo da família, possibilitam amenizar as situações de insegurança alimentar na área rural deste Estado, tendo como fim a promoção da segurança alimentar e possibilitando o desenvolvimento de capacitações dos agentes sociais.

## Conclusões

A análise de regressão, utilizada neste estudo, teve como objetivo observar o efeito das variáveis *condições de moradia, renda domiciliar per capita, transferências governamentais dos domicílio*, bem como *idade, escolaridade, sexo e cor do responsável pela família*, para explicar a probabilidade de existir ou não insegurança alimentar entre os domicílios gaúchos. Resultados das estimações evidenciaram que, tanto nas áreas urbanas quanto rurais do Rio

Grande do Sul, investimentos em escolaridade e condições de moradia tendem a diminuir a probabilidade de insegurança alimentar. Nos dois setores também as transferências foram associadas à maior probabilidade de insegurança alimentar.

A disponibilidade de intitulentos valorizados socialmente para a realização das escolhas gera uma ampliação das liberdades do agente social, que poderá realizar, no caso deste estudo, o funcionamento “estar adequadamente nutrido”. Sen (2000) destaca o papel da condição de agente: do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, políticas e sociais.

Considerando também que para a melhor compreensão da insegurança alimentar, um enfoque multidimensional, além da renda, permite que as ações de enfrentamento sejam mais eficazes, os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam a hipótese do estudo: a privação da capacitação “estar adequadamente nutrido” é ocasionada pela falta de acesso aos recursos, seja por intermédio dos mercados, provisão pública, ou outros canais não relacionados com o mercado.

Por fim, ainda que uma limitação deste trabalho seja o ano da base de dados em estudo, 2004, o objetivo foi aproximar, metodologicamente, da Abordagem das Capacitações, utilizando uma adaptação do conceito de intitulentos, proposto por Amartya Sen. Mediante as próprias críticas dirigidas a este trabalho, novas discussões sobre a possibilidade de utilização de uma nova abordagem teórico-conceitual serão sugeridas. Por meio deste trabalho foi possível evidenciar a necessidade de uma abordagem multidimensional para a análise das situações de insegurança alimentar e os processos de desenvolvimento rural.

## Referências

CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. (1ª edição: 1946).

CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, 1., 1994, Brasília. *Fome: uma questão nacional*. Brasília, 27 a 30 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladecimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/i-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: nov. 2013.

CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – II CNSAN, 2., 2004, Olinda. *A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Olinda, PE, 17 a 20 de maio de 2004. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II\\_Conferencia\\_2versao.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, 3., Fortaleza. *Por um desenvolvimento sustentável com soberania alimentar e nutricional*. Fortaleza, CE, 3 a 6 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.Planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

CONFERÊNCIA Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, 4., Salvador. *Alimentação adequada e saudável: Direito de todos*. Salvador, BA, 7 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/imagens/pdfs/cconferencias/Seguranca\\_alimentar\\_IV/relatório\\_preliminar\\_4\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar\\_nutricional.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/imagens/pdfs/cconferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatório_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

CONSELHO Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). *Artigos e resoluções*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/consea/>>. Acesso em: nov. 2013.

CORREA, A. M. C. J. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990*. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

COSTA, A. M. et al. Pensando o meio ambiente enquanto intitlamento: a abordagem das capacitações. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 6., 2005, Brasília. *Anais...*. Brasília, 2005. CD-ROM.

FOOD and Agriculture Organization of United Nations. FAO. *Declaração de Roma sobre segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação*. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: ago. 2006.

\_\_\_\_\_. *The State of Food Insecurity in the World*. 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/>>. Acesso em: out. 2006.

\_\_\_\_\_. *Seguridad Alimentaria como Estrategia de Desarrollo Rural*. Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 28. Guatemala, abril de 2004. 14p. Disponível em: <<http://www.fao.org/>>. Acesso em: out. 2006.

\_\_\_\_\_. *The State of Food Insecurity in the World*. 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/>>. Acesso em: out. 2006.

FINCO, M. V. A. *Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso no Estado do Rio Grande do Sul*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HILL, R. C.; GRIFFITHS, E. W.; JUDGE, G. G. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais...* Brasília: Sober, 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*: suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KAKWANI, N. *What is Poverty?* Brasília: International Poverty Centre, 2006. (UNDP working paper, n. 22). Disponível em: <www.undp.org/povertycentre>. Acesso em: dez. 2006.

KAKWANI, N.; SON, H. *New Global Poverty Counts*. Brasília: International Poverty Centre, 2006. (UNDP working paper, n. 29). Disponível em: <www.undp.org/povertycentre>. Acesso em: dez. 2006.

MADDALA, G. S. *Introdução à econometria*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2003.

MATTOS, E. J. de. *Pobreza rural no Brasil*: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD. *Relatório de desenvolvimento humano*. 2001: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso: 30 mar. 2005.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão das capacitações. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 28, p. 313-33, 1993.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Pobreza e fome*: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999b.

SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp; IE, 1999. (Coleção Pesquisa).

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 105-122, 2003.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002.

Recebido em: 17/4/2013

Aceito em: 9/12/2013